


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0023057-81.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Duplicata**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 07/11/2014 09:38:41 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

EDIFÍCIO RESIDENCIAL BEATRICE SPE LTDA propõe ação declaratória de inexistência de débito cumulada com ação indenizatória por danos morais cumulada com requerimento de sustação do protesto contra **ALUMIPLAST COMÉRCIO DE METAIS LTDA**, alegando que criminosos, valendo-se do contrato social da sociedade empresária autora, assim como de e-mail e duas linhas telefônicas também em nome da autora, adquiriram diversos produtos e mercadorias perante terceiros, fraudulentamente em nome da autora. Uma dessas compras foi feita perante a ré. A ré, diante do não-pagamento, indicou a protesto documento relativo a esse negócio. A autora recebeu a intimação do cartório de protestos em 07/11/2012. A autora, diante da intimação, entrou em contato com a ré, informando-lhe a respeito dos fatos, encaminhando cópia dos boletins de ocorrência, sem que a ré, porém, tenha promovido o cancelamento do protesto. Se não bastasse, a ré ainda não emitiu duplicata da operação mercantil. A autora sofreu danos morais. Sob tais fundamentos, pediu (a) em antecipação de tutela, a sustação do protesto (b) em caráter definitivo, a confirmação da sustação de protesto (c) a declaração de inexistência da dívida (d) a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

A inicial foi aditada para que outros títulos sejam incluídos no objeto da ação (fls. 37/39, 44).

A ré foi citada e contestou (fls. 136/144) alegando sua boa-fé e ausência de culpa na contratação, pois os terceiros que contrataram em nome da autora apresentaram contrato social e uma relação de referências comerciais e bancárias (que foram consultadas pela ré), além de que a ré consultou os serviços de proteção ao crédito, neles não constando qualquer apontamento negativo ou alerta de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

estelionato ou furto de documentos. Foram emitidas duas notas fiscais (000028841; 000029227). Em 08/11/2012, advogado da autora de fato contatou a ré, noticiando os golpes. A respondeu, salientando sua boa-fé e que a autora concorreu para os fatos. Imediatamente informou que não se opunha à sustação dos protestos, cujo apontamento, por falta de tempo hábil, não conseguiu evitar. Na verdade, o que a autora pretende é que a ré arque com todas as suas despesas judiciais e também com as despesas cartorárias de cancelamento dos protestos. Todavia, isso não é admissível, pois a autora tinha conhecimento a propósito do golpe desde fevereiro/2012 e, nesse meio tempo, nada fez para alertar o mercado a respeito do que estava acontecendo.

Houve réplica (fls. 192/196) na qual a autora salienta que a ré tomou cautelas no sentido de verificar a idoneidade financeira da autora apenas, mas não a identidade de com quem contratava.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é procedente.

O representante legal da autora tomou conhecimento, em fevereiro/2012, que indivíduos desconhecidos estavam fazendo uso do nome de sua empresa para efetuar compras (fls. 15/16); dois desses indivíduos foram presos em flagrante dias depois, ainda em fevereiro/2012 (fls. 17/20); os golpes continuaram, porém, mesmo a partir dessa data. Uma empresa cancelou uma indicação a protesto (fls. 22/26), outra teve seu protesto sustado em ação que tramitou na 2ª Vara Cível desta comarca (fls. 28).

A ré, nesse sentido, celebrou dois contratos com os terceiros que, fraudulentamente, utilizaram o nome da autora, consoante pedidos e notas fiscais de fls. 168/172.

Observa-se que, ao contrário do alegado pela autora, a ré tomou as cautelas exigíveis em relação a esses terceiros, que apresentaram contrato social, referência bancária (fls. 159), referências comerciais (fls. 160) que foram pelo menos em parte conferidas – conforme anotações lançadas às fls. 160, ficha


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

cadastral de fls. 162, e-mail de fls. 161, documentos não impugnados em réplica. Se não bastasse, efetuou consulta nos órgãos restritivos, que divulgam, a pedido, informações relativas a perda de documentos ou estelionatos, nada constando, fls. 165/166.

Dessa forma, neste caso específico, não se pode imputar à ré qualquer responsabilidade pela contratação indevida, que decorre da culpa dos terceiros autores do golpe, tendo a autora concorrido por não promover as medidas necessárias para que as empresas do mercado que tomassem as mínimas cautelas obtivessem ciência sobre o fato – por exemplo, anotando-o nos órgãos de proteção ao crédito.

Frise-se que o representante legal da autora tomou conhecimento do golpe em fevereiro/2012, e cerca de 07 meses depois, em setembro/2012, quando celebrados os contratos com a ré pelos autores do delito, nenhuma providência ainda havia sido tomada.

Isto foi bem observado pelos prepostos da ré quando responderam o e-mail do advogado da autora, conforme fls. 173/174.

Observe-se que a simples lavratura de boletim de ocorrência não é suficiente nesse caso, já que não se trata de documento (facilmente) acessível aos fornecedores, no mercado, para a conferência da identidade e idoneidade daqueles com quem contratam.

Sendo assim, embora incontroversa a inexistência da dívida – o implica procedência do pedido declaratório, com a confirmação da sustação do protesto concedida liminarmente -, não se condenaria a ré em indenização por danos morais, pelo simples fato da contratação.

Todavia, está comprovado e é incontroverso nos autos que em 08/11/2012 a ré foi informada pela autora a respeito do golpe, e inclusive foi convencida a respeito – não duvidou da sua existência, como vemos nos e-mails de fls. 173/174.

Se é assim, o mínimo exigível da ré é que não indicasse qualquer documento a protesto após 08/11/2012.

O protesto mencionado na inicial foi apresentado em 05/11/2012 (fls. 13), antes de a ré tomar conhecimento da fraude, portanto, por ele, ela não poderia ser responsabilizada.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Aliás, sobre esse protesto, observamos no e-mail de fls. 174 que a ré encaminhou, em anexo, documentação (vg. "baixa amigável") para que a autora providenciasse, no cartório extrajudicial, o cancelamento. Assim, não haveria mesmo responsabilidade da ré, por tal protesto.

Ocorre que a ré, mesmo após 08/11/2012, continuou apresentando a protesto as duplicatas oriundas dessas negociações sabidamente fraudulentas.

A apresentação se dá pelo Banco Itaú que, no entanto, age na qualidade de endossatário-mandatário (fls. 41), o que firma a responsabilidade da ré.

O protesto gera inequívoco abalo ao crédito e, em consequência, ofende a honra objetiva da autora, ensejando, pois, dano moral indenizável. A indenização, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade e seguindo os parâmetros jurisprudenciais, será arbitrada, in casu, em R\$ 5.000,00.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e (a) confirmo a sustação de protesto concedida em antecipação de tutela (b) declaro a inexistência dos negócios jurídicos que deram origem às notas fiscais nº 000028841 e 000029227, emitidas pela ré (c) condeno a ré a pagar à autora R\$ 5.000,00, com atualização monetária a partir da presente data e juros moratórios desde a citação. Condeno a ré nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários advocatícios, por equidade, em 15% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA